

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 14]



Bernardo Kocher

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 14]

Bernardo Kocher

Prof. História Contemporânea
Universidade Federal Fluminense

[Opera Mundi](#) - 18 de outubro de 2024

Foto de capa: UN Photo / Loey Felipe. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, durante a 79a sessão da Assembleia Geral da ONU.

“Insegurança” apontada por Netanyahu indica que “a obra” de criar um Oriente Médio perfeito para os fins ocidentais ainda não está acabada

Em seu discurso na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, por ocasião da abertura da 79a. Sessão da instituição, em 27 de setembro passado, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu exibiu dois mapas de fronteiras e de alianças do Oriente Médio, dividindo-o em duas porções: um seria o da “maldição” do Oriente Médio e o outro da “benção”. Há exatamente um ano, neste púlpito e com os mesmos propósitos institucionais, o governante sionista apresentou na sua alocução dois outros mapas também em cartazes que eram improvisadamente mantidos à vista da audiência e das câmeras. Naquela ocasião, a mensagem estava focada na provocativa proposição de que seria construído um novo Oriente Médio. Em nenhuma das duas versões gráficas existiria nada semelhante a

um Estado palestino, somente o sionista e os demais países vizinhos. Mais uma vez, em 2018, e desta vez no discurso de abertura da 74a. Sessão da Assembleia Geral da ONU, o primeiro-ministro reaparece com um outro mapa, agora de áreas de Teerã onde ele argumentava que eram armazenadas armas nucleares.

Desta forma, pela insistência, já que existem ainda outras imagens na rede mundial de computadores onde o governante aparece se reportando a mapas, fica absolutamente claro que o Estado sionista, através de seu governo, criou uma nova ciência: o “geo-sionismo”. Este seria a expressão gráfica da visão reformadora, demonstrada em imagens, da formação de novas realidades políticas que delimitem, tal como na Guerra Fria (1945-1989), uma bipolaridade explícita. Esta construção visa facilitar a formulação de políticas de intervenção e guerras nos países apontados como nocivos para um projeto de controle e hegemonia do Estado sionista no Oriente Médio. Os princípios desta clivagem são clarissimamente apontados pelo governante:

“Não estamos só nos defendendo. Também estamos defendendo vocês contra um inimigo comum que ameaça nosso modelo de vida. (...). Israel vem tolerando essa situação intolerável por quase um ano. Bem, eu vim aqui hoje para dizer que já chega”.

Tendo uma retórica maniqueista vocalizada e visualmente incorporada à percepção de como deve ser implantado esta simplória recriação de uma realidade geopolítica já tão remexida ao longo do último século, indicamos que nada de estruturalmente novo está sendo proposto pelo atual governante sionista. O que esta nova proposta de intervenção indica é apenas a incompletude de um processo de controle de uma parte da Ásia ocidental que, face à deterioração do Império Turco-Otomano, tornou-se “disponível” para ser apropriada pelo controle do mundo ocidental. O Estado sionista é o produto melhor acabado desta orientação, mas a insegurança que ele argumenta ser um limite à sua existência nos indica que “a obra” de criar um Oriente Médio perfeito para os fins ocidentais ainda não está acabada.

Desde a invenção do termo “Oriente Médio”, em 1904, por Alfred Mahan e depois a extensão da divulgação generalizada realizada pelo jornalista militante pró-colonialismo inglês, Valentine Chirol, uma verdadeira obra de ficção geográfica foi criada. Trata-se esta delimitação artificial como sendo uma “região”. Assim, retirando a vitalidade da histórica expressão “Oriente Próximo” (e do Extremo Oriente), que era prática corrente então de como uma vasta área da Ásia está dividida culturalmente, o termo Oriente Médio bem como sua composição em termos de países constituintes e suas fronteiras vem sofrendo há um século uma contundente e contínua intervenção dos países colonialistas e dos Estados Unidos da América. Em 1922, na análise de David Fromkin, foi consolidada a percepção de que um Oriente Médio deveria ser constituído, dividindo ampla parcela do extinto Império Turco-Otomano em função de demandas das potências imperiais. Uma das perspectivas para que a divisão destas antigas posses otomanas fossem feitas da forma como foram é indicada abaixo:

“a questão do Oriente Médio era a mesma há mais de um século: onde a fronteira francesa seria traçada? Mais importante: onde a fronteira russa no Oriente Médio seria traçada?”[1]

Dáí em diante a carreira da expressão Oriente Médio vai passando por configurações variadas. Talvez o ponto central para a naturalização da utilização desta expressão (e não mais uma instrumentalização pragmática) foi a introdução da expressão na documentação oficial norte-americana, durante o governo do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961). Neste período, por influência da chegada da Guerra Fria na Ásia ocidental, a expressão tornou-se tanto universal quanto natural, passando a constituir na cultura política uma percepção artificial da existência de uma falsa região geográfica. Além do conflito bipolar que se tornou universal e transformou a disputa ideológica entre capitalismo e comunismo numa busca de áreas de influência, o crescimento do nacionalismo (ou socialismo) árabe – que propiciou a liderança do Egito durante o governo de Gamal Abdel Nasser (1953-1970) – e o surgimento do islã

político (na década de setenta do século passado) empurraram o Oriente Médio para o epicentro de inúmeros conflitos e crises políticas e econômicas globais.

A presença do Estado sionista em meio a uma “rua árabe”, a partir de 1948, é um ingrediente basilar deste contexto de tensões. Ele introduziu crises políticas e guerras contínuas nas quais todos os países do seu entorno passaram nestes últimos setenta e cinco anos. De uma certa forma, a existência de uma construção institucional e nominativa como o Oriente Médio – alheia à História milenar da região – e o Estado sionista tornaram-se quase irmãos siameses dentro do sistema internacional.

Dentro deste quadro histórico, exposto de forma muito resumida acima, encontra-se a natureza das causas que levaram à confecção destes vários artigos que estamos publicando aqui neste Opera Mundi. A estruturação do que se pensa ser um Oriente Médio, e a própria formatação desta expressão absolutamente inadequada para a História milenar dos vários países que o compõem, é produto de um processo de busca perene por parte dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos da América em aprisionar sob seu controle riquezas incomensuráveis (basicamente energia fóssil) e rotas de passagem entre os países capitalistas desenvolvidos e o Extremo Oriente. Caso estas riquezas e recursos estratégicos fossem administrados de forma autônoma pelos vários governantes dos países que se pensam como constituintes desta pretensa “região” poderia ocorrer – dado ao imenso afluxo de capital-dinheiro para estes governos derivado da venda de energia fóssil – uma afronta ao centro hegemônico de desenvolvimento econômico controlado pelos sete países mais industrializados desde o surgimento do modo de produção capitalista.

O “geo-sionismo” é intrínseco ao Estado sionista. Sendo parte integrante tanto de uma dinâmica intrínseca a este Estado Nacional quanto da expectativa de seus financiadores europeus e norte-americano, esta orientação é elemento crucial da formatação de uma visão idealizada do que se pretende ser um Oriente Médio disciplinado e acorde com o neocolonialismo

européu. Internamente, ele é parte integrante da busca do que vimos chamando de *pax israelensis*, produto da necessidade do Estado sionista em ampliar seja o raio de ação e controle de governos (o sionismo externo) seja a incorporação de novos territórios pertencentes aos países vizinhos ao já usurpado povo palestino (que se constituiria no Grande Israel).

A República Islâmica do Irã é, por assim dizer, a bola da vez como epicentro da nova crise patrocinada pelo Estado sionista e seus financiadores. Ocupa este papel que já pertenceu ao Egito e ao Iraque entre as décadas de cinquenta a noventa do século XX. O país apresenta uma coesão nacional sólida (apesar da presença de inúmeras nacionalidades e grupos étnicos em seu território), profundidade estratégica militar, liquidez monetária internacional (devido aos ganhos auferidos com a exportação de petróleo), e, finalmente, um projeto de industrialização consorciada com a defesa de seu território nacional. Tomado histericamente pelo Estado sionista como sendo um país de radicalismo islamista e, em consequência, exportador de terrorismo, é alvo da cobiça do imperialismo norte-americano e europeu.

Sua estratégia de defesa consorciada com proxies é determinante na busca de um confronto defensivo fora de seu território, alargando seu raio de ação ao se consorciar com grupos do islã político que possuem agendas próprias. Aqui, frisamos mais uma vez, que tal orientação de política externa por parte do governo iraniano é uma defesa e não uma orientação imperialista ou de exportação da sua revolução para outros países e sociedades. A derrubada do primeiro-ministro Mohammed Mossadeg em 1953, a cruel guerra com o Iraque (1980-1988) – patrocinada diretamente pelo imperialismo norte-americano – e o governo ditatorial do Xá Reza Pahlevi (1941-1979) visivelmente consorciado aos interesses dos EUA no Oriente Médio são experiências referenciais da política externa iraniana atual.

Dentro do complexo quadro de confronto entre o mundo ocidental, via Estado sionista, e o islã político que se abriu em 7 de outubro de 2023, a perspectiva de derrubada do governo

iraniano seria uma espécie de cereja do bolo da política social genocida patrocinada pelo Estado sionista. Tal resultado se constitui no que vimos chamando nesta série de artigos de “sionismo externo”. Este é, em suma, a projeção da mesmíssima política de tratamento dado ao povo palestino em seu território usurpado pelo “sionismo interno”, só que aplicado em doses adequadas ao contexto regional.

Vários confrontos e atos de hostilidade contra o governo iraniano já ocorreram desde a ascensão da revolução islâmica ao poder em 1979. Guerras e atos de espionagem com altíssima performance por parte do sionismo externo, o que tem produzido resultados na eliminação física de lideranças políticas, militares e científicas iranianas que possuem responsabilidade em levar adiante a política de defesa. Todos estes fatores demonstram que o Estado sionista não possuindo capacidade de ocultar seu papel incansavelmente usurpador na Palestina mantém um conflito permanente com o Irã e sua eventual política de produção de armas nucleares em busca de legitimidade para a sua existência. Dentro deste quadro, mimetiza a perseguição pela qual passou o povo judeu na Europa no interior do processo político do Oriente Médio.

O Estado sionista, depois de derrotar o nacionalismo árabe egípcio, o projeto autocrático iraquiano de retomada de um centro árabe de poder, tornou nítido que a hora é a do enfrentamento com o islã político. Seu alvo é derrotar e/ou neutralizar a presença do Irã e sua perspectiva de redenção espiritual e material da ummah muçulmana. Arábia Saudita, Jordânia, Egito e outros Estados Nacionais do Oriente Médio estão passando ou já foram efetivamente neutralizados em termos de manifestar algum tipo de oposição ao sionismo externo, mesmo que na agenda do Grande Israel incluía a incorporação de territórios que sejam parte destes países. Eles são protagonistas de políticas de cooptação e/ou convívio forçado com o sionismo externo, via gestão diplomática pelos EUA. A Síria luta desde 2011 com inúmeras crises internas que buscam ou tomar o poder dos alawitas ou dividir o país em partes ou ainda manter a unidade nacional mas sem o controle

efetivo do governo central de inúmeras regiões no interior do atual governo sírio.

A operação “Tempestade de Al-aqsa”, iniciada em 7 de outubro de 2023, colocou um fim à passividade do povo palestino, consolidada lentamente com a derrota do poder civil laico representado pela Organização de Libertação da Palestina e com a derrota da 2a. Intifada (2000-2005). Inescapavelmente há uma situação de confronto que, com grandes sacrifícios impostos à precária vida social do povo palestino, recoloca em foco o papel do Irã numa redefinição do que é e como deve ser constituído o Oriente Médio.

É chegada a hora de algum tipo de definição para um conflito que já dura décadas. Se ele ocorrer será uma benção para o Estado sionista consorciado com o neocolonialismo dos países ocidentais. Por este caminho o Irã ficará exposto à agressão que poderá vir de várias origens, e não só dos sionistas. O resultado poderá ser, e certamente é o que as forças imperialistas mais investem, em uma espécie de governo fragilizado sem condições de reagir plenamente às agressões e espoliações. Neste caso seria mantido o atual regime político no Irã, mas com um imenso grau de destruição material e do tecido social promovido pelo sionismo e seus aliados. Criar-se-ia uma situação que parece similar ao que ocorre na Síria atual. Neste o regime se mantém mas o território nacional e a soberania do Estado está em constante e quase asfixiante desafio de se manterem.

No momento em que escrevemos este texto o cenário para inserção provocada do Irã no conflito inaugurado em 7 de outubro de 2023 está sendo construído com a expansão da política social genocida aplicada à Faixa de Gaza para o Líbano. Aí o objetivo estratégico do Estado sionista é o de blindar o território libanês de quaisquer formas de ligação entre o Hizbollah e o apoio material iraniano. Uma verdadeira carnificina humana está, mais uma vez, se desenrolando ante a impotência de quaisquer forças políticas, econômicas, culturais ou militares de coibir o pleno funcionamento do sionismo externo. Além disso, tal como em Gaza, a expansão territorial

(entre o Rio Litani e a fronteira sul do Líbano e o Estado sionista) também é uma opção válida para o cardápio de políticas dos agressores. Até agora, no entanto, apenas a destruição física de partes de várias cidades conjugada com uma espécie de política de limpeza étnica está em pleno funcionamento. Esta parte da política social genocida é implementada pela aviação, imbatível no presente momento. A parte mais substantiva que o Estado sionista demanda – a retirada de quaisquer poderes militares não pertencentes ao exército libanês para o norte do Rio Litani – não está sendo viabilizada. Após uma semana do início da invasão terrestre no território libanês o poder militar sionista não obtém sucesso em firmar-se como ocupante vitorioso. Ao que tudo indica o número de baixas (mortos e feridos) nas forças militares sionistas é alto. Há anos que esta situação estava delineada e anunciada pelo islã político e parece que seu poder de barrar fisicamente a invasão possui consistência. A expulsão do exército sionista pelo Hizbollah e seus aliados do território libanês repetirá com sucesso a operação de libertação de 2006?

Alguns fatores podem impedir ou limitar esta deterioração que o Estado sionista e o imperialismo ocidental prepara para o Irã. Uma delas é sua capacidade nada desprezível de suportar as provocações, a chamada “paciência estratégica”. Esta fase está se esgotando após o assassinato de seus dirigentes militares na Síria e no Líbano e, principalmente, após o assassinato do dirigente do Hamas, Ismayl Hanieh, durante a sua visita ao país persa para participar da posse do novo presidente iraniano, Masou Pezeshkian, em 30 de julho de 2024. A segunda é sua capacidade de inibir senão um ataque militar ao menos impor uma condição de dissuasão consistente em relação ao imenso poder de destruição a partir da sua força aérea do Estado sionista. Os dois ataques dos iranianos contra o território ocupado da palestina (em 13 de abril e 1º de outubro) indicam que esta capacidade técnica e logística existe e poderá ser utilizada. Aqui ficamos em suspenso quanto à efetividade da construção da dissuasão iraniana ao poder aéreo sionista já que dependemos da compreensão dos resultados que advirão do ataque que o Estado sionista e seus aliados estão prestes a realizar daqui há horas ou dias.

Outros fatores que podem limitar o desgaste da integridade do Estado persa é a interferência (não intervenção) da Federação Russa e da China no conflito que se anuncia. Ambos os países, potências econômicas e militares, são uma espécie de “ausente-presente” no atual conflito do Oriente Médio. Podemos entender, tal como na análise de David Fromkin para o pacto de 1922 que forneceu a certidão de nascimento do Oriente Médio, que muito do que se passa no contexto de conflagração é uma tentativa do Estado sionista e dos países ocidentais que o suportam de limitar ou mesmo evitar a presença efetiva destas duas grandes nações na região. Caso esta ocorresse estaríamos diante de uma competição de peso entre os dois blocos: o russo-chinês e o sionista-ocidental. Estaríamos diante da consolidação da bipolaridade no sistema internacional, base tanto do equilíbrio de poder (como na Guerra Fria) quanto da eclosão das duas guerras mundiais.

Se a Federação Russa e a China fossem proativos no Oriente Médio estaríamos perante a ameaça de uma outra guerra generalizada, que na História recente foi chamada de “mundial”. Os dois conflitos mundiais anteriores do século XX foram causados justamente pela consolidação da bipolaridade, ambas opondo Alemanha contra Inglaterra, França, Império Russo (depois URSS) e Estados Unidos. Somente a bipolarização consolidada traria esta possibilidade, já que confrontaria Estados Nacionais com interesses globais e o Oriente Médio é parte expressiva da projeção de poder e possibilidade de auferir de riquezas cuja distribuição só pode ser decidida na atual conjuntura através da guerra. Como Rússia e China optaram por não se expor para muito além das posições que já ocupam a guerra contra o Irã, se ocorrer, será um conflito regional ampliado, destinado a um ajuste de contas entre as potências ocidentais e o Estado sionista contra os Estados Nacionais locais rebelados contra esta interferência.

Caso as alianças e conexões materiais da Federação Russa e da China não se ampliem em apoio ao esforço de guerra iraniano, a eventual vitória do bloco sionista-ocidental levaria o Oriente

Médio para as proximidades do projeto apresentado pelo primeiro-ministro Netanyahu em 2023 na abertura da 78a. Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Encerramos esta análise quinzenal retomando o tema da política social genocida aplicada pelo Estado sionista contra o povo palestino. Nestes últimos dias está se consolidando o que já apontamos em artigos anteriores a este. A extensão da política social genocida para o Líbano tem ajudado a ocultar a continuidade dos crimes sionistas na Faixa de Gaza. Os ataques brutais do sionismo contra a população que sobrevive no norte da Faixa de Gaza estão se constituindo numa espécie de “limpeza étnica dentro da limpeza étnica” palestina. O objetivo dos sionistas é o de esvaziar a demografia palestina nesta região, tornando-a uma área militar e/ou de colonização, empurrando centenas de milhares de pessoas para o sul do enclave. Além destes, podemos indicar que a zona de exploração de gás natural offshore no litoral do enclave ficará liberada de possíveis interferências do islã político. Resta-nos avaliar qual seria o impacto deste esvaziamento populacional na construção e funcionamento de um eventual futuro canal de ligação entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo, o Canal Ben Gurion.

O que nos inquieta na aplicação da política social genocida contra o povo palestino perpetrada pelo Estado sionista não é a disposição dos seus autores (eles mesmos vítimas de brutalidades sem fim durante milênios) em fazer o que estão fazendo. Estamos cientes das forças profundas que produziram estes monstros. Também não nos assustamos com a complacência/leniência/cumplicidade de vários governos e setores da sociedade civil dos países ocidentais, que criaram e implantaram no direito internacional o conceito de “Direitos Humanos”. Estes estão sendo sonoramente ignorados mas todos parecem encontrar algum alento de legitimidade neste descumprimento de um preceito consensualmente estabelecido após a ocorrência... de um genocídio!!! Compreendo com exatidão a dificuldade e a impotência das forças políticas em vários cenários nacionais e internacionais em obter qualquer êxito em ao menos limitar as barbaridades cometidas pelos

sionistas. Mas o que realmente nos surpreende é a capacidade material de realizar esta violência injustificada. É incrível como existem tantas bombas, combustíveis, equipamentos eletrônicos e aviões com capacidade de destruição de tamanha magnitude.

Para o povo palestino dedicamos estas já muitas palavras, na esperança sem fim de que seu sacrifício de alguma forma se transforme numa lição exemplar para seus algozes.

Palestina livre do rio ao mar!

* * *

Notas:

[1] FROMKIN, David. Paz e guerra no Oriente Médio. A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011.